

Projeto Sombra e Água Fresca

Equipe Nacional

CADERNO MOTIVADOR I

Construindo a proposta de Sombra e Água Fresca

Subsídios para reflexão e ação

Parte I - Ações do poder público e da sociedade civil em relação à criança e ao adolescente.

1. Um pouco de História

O Brasil herdou de seu processo de colonização um quadro de profundas desigualdades e injustiças sociais, cuja brutalidade se revela hoje nas precárias condições de vida da maioria das crianças e dos adolescentes pertencentes às camadas menos favorecidas da sociedade.

A República herdou um país sem instituições públicas que garantissem os serviços básicos de educação, saúde, moradia etc., num quadro agravado pela presença dos ex-escravos desprovidos de meios de sobrevivência. Esse quadro desumano de "liberdade" foi o berço no Brasil da chamada "questão do menor".

Ao longo do período republicano, o "menor" passou a ser visto pelos governantes "como ameaça social e o atendimento a ele dispensado pelo poder público tinha por fim corrigi-lo, regenerá-lo, reformando-o pela reeducação a fim de devolvê-lo ao convívio social".¹

Os governos militares instalados a partir de 1964 implantaram a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e suas congêneres estaduais, as FEBEMS.



Montou-se uma dispendiosa máquina administrativa para atender às crianças e aos adolescentes "marginalizados", concebidos como "carentes". Essa política nacional de bem-estar do menor (Lei 4513/64), com traços preconceituosos e discriminatórios, estabeleceu uma perspectiva assistencialista, ocultando a potencialidade e ignorando os direitos da criança e do adolescente empobrecidos.

1.1. De "Menor" a Cidadão

No final da década de 80, instituições representativas dos movimentos sociais, das Igrejas, do mundo jurídico e das políticas públicas, preocupadas com a promoção dos direitos das crianças e adolescentes, mobilizaram-se para fazer incluir na Constituição brasileira de 1988 os avanços contidos na Convenção de Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas (ONU). Essa mesma mobilização da sociedade possibilitou, em 1990, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei que representa um grande avanço na política de atendimento à população infanto-juvenil.

Essa transformação de "menor portador de carênci-



Caderno Motivador I

as" em cidadão sujeito de direitos dá um novo rumo às políticas de atendimento à infância. É a substituição do assistencialismo por um trabalho socio-educativo emancipador, visando ao resgate da cidadania.

1.2. Mudando o rumo da política de atendimento

- O novo perfil básico da política de atendimento, definido no Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece:
- a criação de Conselhos de Defesa de Direitos da Criança e do Adolescente nas três esferas de poder, assegurando a participação da população organizada;
- a manutenção de Fundos ligados aos respectivos Conselhos nas três esferas;
- criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- a municipalização do atendimento.

Muito importante:

É interessante observar que houve uma mudança na forma de participação da população organizada: ao invés de simples executora de ações, agora ela é chamada a participar tanto da formulação das políticas como do controle das ações.

2. Partilhar Responsabilidades

Embora caiba ao município a responsabilidade pela concretização da política de atendimento à infância e à juventude, a Prefeitura, geralmente, não tem condições nem recursos suficientes para arcar sozinha com essa responsabilidade. Além disso, numa sociedade democrática, o atendimento previsto pelo ECA não deve ser encarado apenas como "prestação de serviço público", mas como um compromisso assumido por toda a sociedade.

Aqui encontramos um importante espaço para a ação das igrejas, que podem mobilizar as comunidades para uma participação mais efetiva nas instâncias de ação com o objetivo de garantir a implantação dos direitos das crianças e adolescentes.

2.1. O que é mobilização e como viabilizá-la

Ao contrário do que muitos supõem, mobilizar não se reduz à realização de alguns eventos, nem à convocação de pessoas para manifestações públicas. Mobilizar é conscientizar cada um da importância de uma causa, acenar com metas claras, conquistar a adesão das pessoas e convocar voluntários para atuar na realização de um objetivo comum. Em nosso caso, o propósito é divulgar o Projeto Sombra e Água Fresca e desenvolver ações concretas nas igrejas locais.

Mobilizar para obter a participação efetiva da igreja e da comunidade consiste em processo permanente de:

1. informar e motivar todos/as sobre os objetivos claros a serem alcançados;
2. apresentar propostas que realmente permitam a participação individual e coletiva. A participação e as mudanças duradouras se constroem no cotidiano. Assim, por exemplo, a mobilização efetiva convoca reuniões em horários e locais em que os interessados possam participar, discutir, trocar opiniões, com o cuidado permanente de dar retorno e divulgar os resultados alcançados.

2.2. Estabelecendo parcerias

As igrejas de diferentes denominações têm tradicionalmente se preocupado em desenvolver programas nas áreas sociais, especialmente de atendimento à infância e juventude. Tais programas, historicamente de natureza assistencialista, têm mudado recentemente sua filosofia, buscando atuar norteados pelos direitos da criança e do adolescente.

Todas essas iniciativas, por parte das igrejas, devem estar integradas à política de atendimento do município. Isto é, as igrejas devem conhecer o trabalho desenvolvido pelo Conselho Municipal



dos direitos das crianças e adolescentes e Conselho tutelar e apoiar estes trabalhos. O Projeto Sombra e Água Fresca considera importante o conhecimento do ECA e a promoção da implementação das propostas do mesmo.

Parte II: Iniciando Ações

1. O diagnóstico: a importância de conhecer a realidade

O primeiro passo para desenvolver um bom Projeto Sombra e Água Fresca é, sem dúvida, a análise da situação de realidade das crianças e adolescentes nesse momento: essa análise é que permitirá visualizar o que fazer primeiro, onde concentrar mais recursos e que tipo de intervenção utilizar.

Para elaborar essa radiografia, é preciso definir inicialmente quais são as informações fundamentais de que precisamos, quem vai coletá-las, onde vão ser procuradas, que procedimentos serão utilizados para obtê-las e como vão ser reunidas, organizadas e divulgadas.

2. O que precisamos/ queremos saber?

- Onde vivem as crianças e adolescentes: com suas famílias, em instituições assistenciais, na rua?
- Como vivem? Qual é a situação habitacional, de emprego, de salário das famílias?
- Há crianças e adolescentes inseridos nos mercados formal e informal de trabalho? Em que condições?
- Como está a situação escolar? Há vagas para todos? Quantos estão fora da escola? Dentre os que freqüentam escola, o que fazem depois das aulas?
- Quais as instituições que atendem crianças e adolescentes empobrecidos?
- Quais os trabalhos de complementação escolar já existentes? Como funcionam e que resultados vêm obtendo?
- Quais os recursos existentes na área de recreação e cultura?
- Quais são as condições de saúde das crianças e adolescentes?



- Já se implantaram os Conselhos Municipais e Tutelares? As igrejas têm participado da implantação e atuação dos Conselhos?

3. Onde e como buscar informações?

Uma vez definido o que saber e a forma de pesquisar e coletar as informações, a etapa seguinte é sua organização e análise, de modo a obter uma radiografia o mais clara possível da situação das crianças e adolescentes: saber o que há e o que falta é uma etapa de amadurecimento da vontade, do querer fazer.

Muito importante nesta etapa é realizar algum tipo de registro dos resultados obtidos na investigação da realidade e divulgá-los, partilhá-los com a comunidade local.

O registro pode assumir várias formas, desde a confecção de cartazes com os dados até a elaboração de um relatório mais completo, dependendo da natureza e das condições do grupo que está realizando o diagnóstico.

Independente da forma como estão registrados os resultados da investigação da realidade, é fundamental apresentá-los e discuti-los com a equipe, a igreja local e com os/as parceiros/as. Esse período deve levar algum tempo e vai estimular o processo de conscientização e sensibilização da igreja e da comunidade, no sentido de criar um espírito que mova as pessoas e instituições a assumirem, cada uma segundo seu nível e condição, mas em comunhão, a parte que lhes cabe frente à realidade das crianças e adolescentes. E pode, ainda, levar a identificar pessoas interessadas e adequadas para realizar as ações ou programas com as crianças.



4. Propostas de ação e seu planejamento

Esse é o momento do planejamento, que deverá ter um caráter amplo e abrangente. É preciso priorizar as ações, decidindo o que fazer primeiro e onde concentrar mais recursos. O diagnóstico da realidade local é que deve orientar essas decisões.

- O planejamento deverá ter um caráter simplificado.
- Qualquer que seja o caráter do planejamento, ele deverá prever algumas questões básicas tais como:
- O que fazer ?
- Com quem contar para realizar o trabalho com as crianças e como preparar essas pessoas?
- Como arranjar um espaço e os materiais necessários?
- Onde e como obter recursos?
- Como envolver as famílias e a comunidade em geral?
- Como detalhar uma proposta educacional?
- Como avaliar as ações desenvolvidas?

Vamos tratar dessas questões, examinando, sempre que possível, as diversas alternativas à luz da experiência. Vamos orar e fortalecer nossa caminhada buscando sempre o apoio de todas as pessoas da igreja e comunidade.

Parte III: Envolvendo a família

De fato, a família é o primeiro espaço de referência, proteção e socialização dos indivíduos, independente das múltiplas formas e desenhos com que se apresenta atualmente. A legislação brasileira deixa clara a importância de assegurar à criança o direito à convivência familiar e comunitária.

Assim, um efetivo atendimento à criança e ao adolescente passa pela manutenção dos vínculos com a família e com os elos socioculturais da sua comunidade de origem. Não cabe ao Estado nem às outras instituições da sociedade civil, nem à Igreja, substituir a família no atendimento à criança: ao contrário, como aliados da família, devem contribuir para fortalecê-la.

Quando falamos em família, é muito importante perceber as diferenças socio-étnicas e culturais presentes, assim como respeitar politicamente tais diferenças. É preciso evitar categorizações do tipo família "regular" ou "normal" x família "irregular" ou "desestruturada", que acabam por revelar ou gerar preconceitos, os quais, por sua vez, podem dificultar e até inviabilizar ações e programas com as crianças.

Pesquisas recentes mostram, por exemplo, que, nas famílias dos segmentos populares empobrecidos da sociedade brasileira, as mulheres desempenham um papel expressivo e central: muitas vezes, elas são as únicas responsáveis pela subsistência familiar - mesmo quando o pai permanece

fisicamente no grupo familiar, é considerado ausente tanto no processo de educação dos filhos quanto na contribuição para a renda familiar.

Nesse contexto, quando consideramos "família desestruturada" aquela que não contempla o modelo ideal (pai, mãe, filhos), estamos já emitindo uma desaprovação moralista que revela um preconceito; atitudes como essa são incompatíveis com a postura não-assistencialista que deve caracterizar os programas voltados para essas famílias e suas crianças.

As ações e programas que vêm obtendo melhores resultados no atendimento à criança e ao adolescente caracterizam-se pela interação regular com as famílias, seja aliando-se a elas inicialmente para atrair as crianças, seja organizando sua participação sistemática nos trabalhos, seja conduzindo a reaproximação da criança com sua família.

Não há dúvida, portanto, de que o "olhar" da família no acompanhamento da criança deve ser sempre estimulado e valorizado. Por sua proximidade e afeto pela criança, ela é a principal aliada dos programas e ações. A pobreza não lhe retira nem os direitos nem os deveres.

Há ainda outro argumento central para tal aliança: não é possível contribuir para o desenvolvimento integral das crianças se não conhecermos sua história de vida e seu contexto familiar. Na verdade, o envolvimento da família é também crucial para o próprio conhecimento da realidade, sem o qual não é possível deslanchar um programa ou ação e obter êxito.

1. Diversas formas de envolvimento

1.1. Partilhando com a família o trabalho realizado com as crianças

A conquista da família não se encerra no contato inicial. A maneira mais simples de envolvê-la ao longo do programa ou ação é fazer-lhe conhecer os resultados que os filhos vêm

obtendo, o que pode ser feito através de visitas, contatos informais ou reuniões sistemáticas promovidas pelo programa.

1.2. Envolvendo a família nas decisões

Levar os pais e mães e a comunidade a se envolverem diretamente nas decisões do projeto pode fazer com que se sintam co-responsáveis pela ações desenvolvidas.

1.3. Tornando os pais também sujeitos de novas aprendizagens

A participação de seus filhos nos programas ou ações pode levar os pais ou responsáveis a ampliarem, eles também, seu leque de conhecimentos ou mesmo a adotar novas atitudes, especialmente para com a escola e a educação.

Subsídios para concretizar "Sombra e Água Fresca" nas igrejas locais

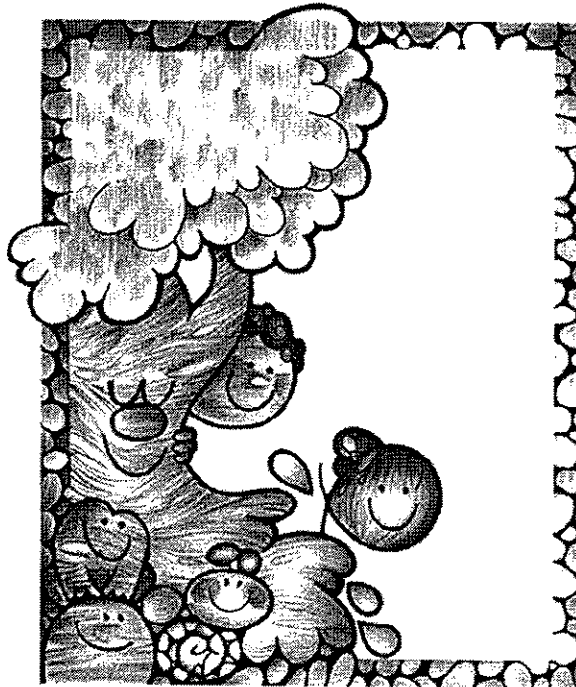
A criança e adolescente atendidos por esse programa devem vir, prioritariamente, das camadas mais desfavorecidas da comunidade, que raramente têm acesso aos recursos culturais e educacionais comuns às camadas médias e altas. Assim, têm menores oportunidades de adquirir os conhecimentos tidos como pré-requisitos para os "saberes escolares" e de praticar o lazer e esporte, o que é geralmente um fator determinante do "fracasso" e exclusão da escola. Deve também estabelecer uma relação estreita e sistemática com a/s escola/s freqüentada/s por suas crianças, de modo a assegurar uma ação integrada.

No entanto, a proposta não pode reproduzir nem replicar a proposta da escola formal, visto que oferece atividades de outra natureza. Mais do que transmitir conhecimentos específicos, os programas buscam desenvolver valores e atitudes, promover a sociabilidade e a capacidade criativa, estimular o potencial cognitivo, propiciar uma atitude positiva frente ao conhecimento e instigar a vontade de aprender sempre mais. As atividades oferecidas pelo programa devem incentivar o desenvolvimento da autonomia, levando as crianças a buscarem melhorar sua própria qualidade de vida, aprende-

rem tomar decisões, construir relações afetivas saudáveis e reconhecerem-se como sujeito ativo e participante dentro de seu grupo social. É na proposta educacional que a equipe do projeto explicita esses valores e atitudes que pretende promover.

A proposta educacional é a definição das finalidades mais amplas do programa. A proposta educacional de um programa, na verdade, torna-se a grande estimuladora da equipe de educadores.

Propomos a seguir uma reflexão sobre as atitudes e valores a serem estimulados, não só entre os educandos como também entre os educadores, pois são estes que, através de suas próprias atitudes nas relações com as crianças, passam lições cotidianas de fé e de democracia que, por sua vez, irão permitir o efetivo alcance da relação fé e vida.



Organizando a equipe de trabalho

Todas as pessoas envolvidas em um programa para crianças e adolescentes - voluntários(as), coordenadores, auxiliares, etc. - participam do processo de discussão das propostas de atuação e do planejamento das ações. É fundamental que todos/as sejam envolvidos/as pela filosofia do programa para que se crie um clima solidário e consistente de trabalho, ou seja, para que constituam uma verdadeira equipe.

Na definição do perfil dos integrantes da equipe, além da qualificação mínima, algumas características são imprescindíveis, não importando a natureza do trabalho ou sua área de atuação:

- gostar de crianças e adolescentes e saber se relacionar bem com eles;
- ter disposição e tato para trabalhar com pessoas das camadas desfavorecidas;
- ser paciente e saber tratar o/a outro/a com atenção e respeito.

1. ESTRATÉGIAS PARA ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE

Há várias estratégias para constituir uma equipe com pessoas da própria comunidade.



1.1. A igreja organiza a equipe.

Convida as pessoas da própria igreja ou da comunidade para constituírem a equipe e se propõe a capacitar as pessoas que forem motivadas.

1.2. A igreja faz o levantamento das pessoas da localidade e, posteriormente, as convida para participar como voluntários/as.

Por ocasião do diagnóstico para conhecimento da realidade local, incluir o levantamento dos moradores com potencial para atuarem no programa, convidando-os posteriormente a participar.

1.3. Com a participação da família.

Por ocasião das visitas ou inscrição das crianças no projeto, consultar cada família sobre a possibilidade de participar do programa como voluntários/as.

1.4. Mobilização de voluntários e outros parceiros

2. CAPACITAÇÃO DAS EQUIPES DO PROJETO SOMBRA E ÁGUA FRESCA

Promover reuniões periódicas de toda a equipe. Reservar momentos quinzenais ou mensais para que todas as pessoas que trabalham em cada núcleo ou setor se reúnam e discutam seus problemas coletivamente.

Garantir efetiva coordenação e uma unidade na linha de trabalho, prevendo um processo constante de avaliação.

A formação continuada visa a proporcionar momentos coletivos de troca e reflexão sobre a prática. Os educadores recebem, nessas reuniões, subsídios específicos, de acordo com o projeto em que estão envolvidos.

Qualquer que seja a forma de capacitação, porém, deve sempre visar a ampliar os conhecimentos da equipe e sua consciência cristã, social e política.

3. O TRABALHO VOLUNTÁRIO

O trabalho voluntário tem crescido muito em todas as áreas de ação.

O Projeto Sombra e Água Fresca está esforçando para motivar os membros das igrejas locais a se empenharem em proporcionar às crianças atividades que contribuam para que desenvolvam suas possibilidades de hábitos de estudo, tenham lugar para brincar e compartilhar suas experiências de vida.

- O/a voluntário/a como ator social e agente de transformação, é aquele que presta serviços não remunerados a comunidade e que, ao doar tempo e conhecimentos, realiza um trabalho gerado pelo impulso solidário, atendendo, tanto às necessidades do próximo ou aos imperativos de uma causa, como as suas próprias motivações pessoais, seja elas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional;

- Tanto é relevante o valor social do trabalho voluntário, enquanto expressão de ética de solidariedade, como também o seu valor para quem executa, enquanto fator de crescimento pessoal;

- O/A voluntário/a doa motivado pelo desejo de melhorar a comunidade ou auxiliar pessoas que às vezes nem conhece e se reforça no sentimento de auto-realização que preenche suas necessidades interiores de transcendência do interesse meramente pessoal;

- O trabalho voluntário será tão mais naturalmente valorizado quanto mais se caracteriza pela espontaneidade da doação do tempo e conhecimentos, pela relevância dos benefícios gerados e pela oportunidade da ação, nunca podendo ser confundido com estratégia para reduzir custos ou como expedientes de recrutamento de mão-de-obra gratuita;

- O trabalho voluntário não deve, nunca, substituir ações de políticas públicas ou desobrigar instituições governamentais, para não se descaracterizar como expressão genuína da criatividade e da generosidade do voluntário/a, motivadas pelos valores éticos de solidariedade e de participação espontânea;
- O trabalho voluntário deve ser utilizado menos para amenizar situações de carência e mais para aprofundar e avançar mudanças positivas em direção a uma maior igualdade de oportunidades.

Na gestão de atividades desenvolvidas por voluntários/as é importante equilibrar fatores de organização, de informalidade e de adequação, considerando que o voluntário/a estará mais motivado a desenvolver seu trabalho quanto mais:

- Souber o que se espera dele/a e que ele/a pode corresponder à expectativa;
- Sentir que pertence à uma equipe;
- Puder participar do trabalho com autonomia, em clima de liberdade;
- Souber que o que faz é também feito por outros pelos mesmos propósitos e pelas mesmas razões;
- Acompanhar os resultados de seu trabalho, isoladamente ou no conjunto do trabalho de toda a equipe;
- Ser considerado capaz e responsável no limite de suas habilidades e de suas possibilidades na equipe;
- Dimensionar adequadamente o tempo e as condições de prestação do serviço voluntário, sem sacrifício e sem heroísmo.

Fonte: Amencar

Em cada igreja local deverá ser criado o cadastro de todas as pessoas que possam colaborar com o Projeto Sombra e Água Fresca, oferecendo-se para o trabalho voluntário - juvenis, jovens, adulto e idosos/as. Todos/as têm muito para contribuir. O trabalho voluntário é regulamentado pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Isto quer dizer que todas as pessoas que se dispõem a dar sua contribuição assinam um documento, para ficar tudo bem organizado.

Os projetos podem contar com outros voluntários do bairro ou cidade.

Estamos publicando um modelo de documento para ajudar você na organização dos/as voluntários de sua igreja.

Organizando espaço e materiais

1. Mais importante que o espaço físico

A falta de recursos físicos e materiais é, de modo algum, pretexto para que a igreja deixe de se empenhar no sentido de promover um Projeto Sombra e Água Fresca na comunidade. O mais importante é ter a vontade, a coragem e a competência para enfrentar, com criatividade e determinação, os problemas. Certamente, de acordo com as peculiaridades de cada igreja e de cada comunidade, diferentes soluções serão encontradas.

2. Adaptando espaços existentes

Como proceder para localizar um espaço já existente que possa servir aos objetivos do programa? O primeiro passo é fazer uma relação dos espaços existentes na igreja local ou na comunidade para identificar quais estariam em condições de abrigar os programas em vista: salão da igreja, galpões vazios, salão da associação amigos do bairro, salas ociosas em escolas, sindicatos, clubes esportivos etc. Desde que limpos, bem iluminados e arejados, podem perfeitamente ser usados para essa finalidade. É importante verificar o fornecimento de água potável e a necessidade de adaptar banheiros e chuveiros, bem como providenciar espaço para preparação da merenda, de forma a proporcionar condições mínimas de conforto para as crianças e equipe. Uma das preocupações básicas em relação ao espaço deve ser a de proporcionar um ambiente agradável e estimulante.

3. Recursos materiais

Os materiais didático-pedagógicos e os recursos audiovisuais devem estar em boas condições. O programa pode iniciar-se com os recursos disponíveis e, aos poucos, ir ampliando a quantidade e variedade. Na medida do possível, a organização dos espaços onde se desenvolvem ações complementares deve prever: uma biblioteca, que pode ser iniciada com um pequeno acervo de literatura infanto-juvenil, livros de consulta, enciclopédias, dicionários, revistas, gibis etc., os quais os participantes possam consultar livremente ou sob a orientação de um profissional; um aparelho de TV e vídeo-cassete para a transmissão de programas de cunho cultural ou para simples recreação; aparelhos de som, computadores, ventilador ou aquecimento e outros recursos tecnológicos que permitam os participantes a tirar o melhor proveito dos programas.



Caderno Motivador I

Sugestão de como elaborar um contrato de voluntariado

Contrato de serviços voluntários que entre si fazem: _____

Estabelecido a Rua: _____ Bairro: _____

Cidade: _____ UF: _____ Inscrita no CGC/MF sob o nº _____

Neste ato representado pelo _____ CPF: _____ Nº _____

Denominado contratante e _____

Cláusulas

1º) O presente Instrumento Contratual rege-se pela Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 19 de fevereiro de 1998.

2º) O presente Instrumento Contratual se constitui em "Termo de adesão" para fins de prestação de serviço voluntário de que trata a Lei nº 9.608/98.

3º) O contratado, também designado por "Voluntário", por sua livre espontânea vontade se propõe a prestar serviços como Voluntário na obra de promoção humana do contratante, localizada à _____

4º) O Contrato é aceito pelo Contratante como Voluntário para prestar gratuitamente a função _____

5º) O voluntário se compromete a prestar os serviços descritos na cláusula Quarta, gratuitamente, a título de colaboração para o Contratante na consecução de suas finalidades institucionais.

6º) O Voluntário se compromete a prestar o serviço descrito na cláusula Quarta no horário de _____

7º) O horário de que trata a cláusula anterior, poderá ser modificado a qualquer momento por simples comunicação escrita do Voluntário.

8º) O presente Contrato por sua própria natureza de gratuidade de serviços, em caso de rescisão por qualquer uma das partes, não gera e não gerará direitos de qualquer natureza, bem como direito a qualquer tipo ou espécie de indenização ou compensação financeira, consoante ao que dispõe § Único do Art. 1º., da Lei nº 9.608/98.

9º) O presente contrato é firmado pelo prazo de _____

10º) O Voluntário se compromete a respeitar a todas as normas regulamentares que regem as atividades do Contratante.

11º) O presente contrato pode ser rescindido a qualquer momento por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante comunicação escrita. (O presente contrato pode ser rescindido antes do prazo de que trata a Cláusula Nona, por iniciativa de qualquer uma das partes, mediante comunicação escrita).

12º) Fica eleito o foro da Comarca de _____ para dirimir eventuais dúvidas ou litígios decorrentes deste Instrumento Contratual.

E, por estarem justos e contratados, Contratante e Voluntário, firmam o presente "Instrumento Particular de Contrato de Voluntariado, em duas vias de igual teor e para o mesmo fim, acompanhados por duas testemunhas que a tudo assistiram.

assinatura do voluntário/a

testemunha 1

assinatura da igreja local

testemunha 2